



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

ATA DA REUNIÃO Nº 054 (nº03/2016) DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2016, NA SALA DE EVENTOS DO HOTEL CAIUÁ, NA CIDADE DE CASCAVEL/PR.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na sala de Eventos do Hotel Caiuá, sito a Rua Paraná, 4097, Centro, na cidade de Cascavel-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 054/2016 (03/2016), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira Assistente de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL VERRI JUNIOR, IDEVALL DOS SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA E RONALDO DUSCHENES.**.....

Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos (as) e Urbanistas, **ANTÔNIO CARLOS ZANI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, LUIZ BECHER, E MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES.**.....

Fica justificada, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência da Conselheira Arquiteta e Urbanista: **ALESSANDRO FILLA ROSANELI, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE BICALHO LACERDA, GIOVANNE MEDEIROS E RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES.**.....

Presentes, também os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio Carlos Domingues da Silva; o Coordenador Jurídico, Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Gerente Geral, Nilto Roberto Cerioli; o Analista de Fiscalização, Tadeu Gonsales Galvão; o Analista de Compras, Alex Sandro Monteiro Moraes; o Estagiário de Fiscalização, Talisom Gustavo Rohde Fritzen (projeção dos arquivos) e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*, Andressa Fabiana de Oliveira.....

III HINO NACIONAL: Após o hino, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia agradecendo a presença de todos que se deslocaram para a cidade de Cascavel e assim participar da quinquagésima quarta plenária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Passando para aprovação da Ata da Sessão anterior e aprovação da Pauta desta.

IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Ata correspondente a Sessão Ordinária nº 053 (02/2016) de 22/02/2016.....

V PAUTA: Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária nº 054, terceira Reunião Ordinária de 2016 do CAU-PR, com Extra pauta.

VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:

1 Correspondências recebidas / Ofícios: apresentada a lista de correspondências recebidas, 03 (três) oriundas do CAU/BR destinado à Presidência do CAU/PR; 03 (três) oriundas de diversos emitentes e destinado à Presidência do CAU/PR.....

2 Correspondências expedidas / Ofícios: apresentada a lista de correspondências expedidas, 12 (doze) ofícios são oriundos da Presidência a remetentes diversos; não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de Atendimento; Setor de Fiscalização; Setor Financeiro; Assessoria



45 Jurídica; e Assessoria de Comunicação.....

46 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**

47 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no

48 período da tarde do dia anterior a plenária, entre quatorze e dezoito horas do dia 21 de

49 março de 2016.....

50 **VIII ORDEM DO DIA:**

51 **Palavra do Presidente: Inauguração do novo Escritório Regional de Cascavel; Retirada de**

52 **pauta item da plenária ampliada CAU/BR, que ratificava Resoluções anteriores do Fundo de**

53 **Apoio Financeiro; Reserva técnica – Sua prática e seu destino – ABD nº 023/11/2016 /**

54 **campanha RT / GT Finanças.**.....

55 Como fala inicial, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR destaca a inauguração do novo

56 Escritório da Regional de Cascavel realizado na noite anterior. Foram apresentados alguns

57 números que dão o destaque que a região de Cascavel tem em relação às outras regiões

58 (ANEXO I), e registra que Cascavel, a partir de algum tempo para cá, é em população de

59 arquitetos a segunda regional, já era recordista em número de RRTs por profissional, então o

60 investimento que se fez, autorizado por esta plenária, acredita-se que se justifica

61 plenamente; e lembra que o imóvel tem 120 m², com espaço para reuniões. O Presidente

62 informa que na data esteve presente o arquiteto concursado apresentando-se, e passou ao

63 Presidente a impressão de ser uma pessoa extremamente bem relacionada, sendo também

64 um ex-funcionário da Prefeitura de Cascavel, onde deixou a Prefeitura para fazer parte do

65 CAU/PR, e já possui bom relacionamento com os arquitetos e com o Secretário de

66 Planejamento, ao ver do Presidente, parece que isso pode ser fator de facilitação do trabalho

67 dele na Regional do CAU de Cascavel. O Presidente destaca também aos Conselheiros que na

68 última plenária fez questão de registrar que a mesa do CAU/BR havia colocado em pauta uma

69 proposta de Ratificação as Deliberações e Resoluções do CAU/BR que tratavam do Fundo de

70 Apoio (ANEXO II). Relata que muitos Conselheiros Federais questionaram a mesa sobre o

71 porquê da necessidade da ratificação das Resoluções, e comenta: “Nós nessa plenária

72 sabemos o porquê, mas para surpresa minha a plenária do CAU/BR ainda não sabe por que

73 (vitória na justiça do CAU/PR). A intenção que a mesa tinha era em um ato também sob a

74 nossa ótica ilegal, pois consultamos a banca de advogados que nos ajudou e foi vencedora

75 nessa ação que declarou ilegal a Resolução. Se a justiça decretou ilegal a Resolução, a

76 plenária seria induzida a erro. Me parece que esse esclarecimento foi dado ao presidente e

77 aos demais que fez então a retirada de pauta da proposta. No mesmo dia estávamos em

78 vinte e seis Presidentes reunidos no Fórum de Presidentes. Preocupados com a pauta e com

79 a retirada de pauta preparamos então um documento, que é o que está em tela, acredito que

80 os Conselheiros receberam, tentando descaracterizar esta ilegalidade como uma derrota.

81 Não estamos entre inimigos, somos todos a fim de construir um Conselho forte. Então vimos

82 uma oportunidade de descaracterizar isso como vitória e como derrota, mas sim, o que é

83 mais importante, uma oportunidade de analisar os números de arrecadação e gastos de

84 todos os CAUs e fazer um reequilíbrio financeiro dos Conselhos Estaduais e do BR. Esse

85 documento foi protocolado na própria plenária, vinte e cinco presidentes assinaram, o



86 presidente do Rio de Janeiro não estava presente, tinha compromissos fora nesse momento,
87 e esse documento então foi à mesa da plenária do CAU/BR, colocando claramente que o
88 art.60 da Resolução coloca que há necessidade da participação dos Presidentes estaduais na
89 definição dessas despesas e que assim gostaríamos que isso fosse nos encaminhado com
90 antecedência”. O Presidente ainda explica que: “Em ato contínuo também o mesmo grupo de
91 Presidentes decidiu se antecipar e criamos um grupo de trabalho para levantar os números
92 desde os primeiros meses de existência do CAU, fazendo uma comparação de sequência
93 histórica de arrecadação. Sabemos que há divergências. Quando se levanta os números via
94 SICCAU é um número e quando se levanta via IGEO os números são diferentes, enfim,
95 padronizando essas análises, foi então sugestão nossa que os três estados maiores em
96 “Termos de Arrecadação”, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná integrassem essa comissão
97 deixando de lado as diferenças e fazendo os que têm responsabilidade de realmente com o
98 dinheiro participar, decidir, opinar sobre essa aplicação, indicou-se também um CAU médio,
99 que foi o Espírito Santo, que tem estrutura financeira também capaz de ajudar, e um CAU
100 pequeno, Roraima, representando os demais CAUs. Indicou-se então como Coordenador
101 desse Grupo de Trabalho o Presidente do CAU/RS, e já temos aí os primeiros números que a
102 CPFi/PR vai detalhar. Antecipando que estes números nos colocam uma situação
103 preocupante em especial o Paraná. As nossas análises financeiras se confirmaram, o Paraná,
104 dentre todos os Estados analisados nos critérios iguais para todos foi o que teve a maior
105 queda na sua arrecadação nessa primeira análise, algo como 15% (quinze por cento)”. O
106 Presidente ressalta a preocupação, porém lembra que o CAU/PR já se antecipou, porque
107 foram feitas reduções com um novo plano de trabalho com 20% (vinte por cento) de corte
108 sobre o orçamento inicial. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR reforça que: “O
109 importante, é que nós vamos ter ferramentas e números para tentar um reequilíbrio de todo
110 o sistema. Há uma ausência nessa análise inicial e eu já sugeri ao Presidente do CAU/RS que
111 complete: não constam os números do CAU/BR. O que nos dá uma análise parcial, porque ao
112 fim desta análise vai ficar comprovado que o único CAU superavitário é o CAU/BR, é isso que
113 nós queremos revelar”. O detalhamento referente a este assunto será feito pela CPFi/PR.
114 Prosseguindo, o último item trata-se da campanha lançada pelo CAU/BR referente à Reserva
115 Técnica (ANEXO III), o Presidente explica que ao seu ver: “é uma campanha que coloca o
116 arquiteto como um irresponsável, como um recebedor de propina, enfim, uma generalização
117 desta ideia. Já há manifestações se não me engano do CONAR (Conselho Nacional de
118 Autorregulamentação Publicitária), onde houve um protocolo afirmando que a campanha
119 denigre a imagem dos arquitetos. É tiro no pé. É claro que é importante uma campanha, mas
120 tem que ser uma campanha de valorização, de estímulo aos colegas, das virtudes da
121 profissão perante a sociedade. Não fomos consultados, os colegas sabem disso. Nem os
122 Conselheiros Federais. Então entre presidentes, eu quero deixar aqui também essa
123 manifestação, existe uma frase que está sendo usada com muita frequência e que eu acho
124 com muita propriedade: “Vida curta a esta Campanha. E que imediatamente se dê início a
125 outra campanha valorizando, colocando ao arquiteto o seu devido valor e que faça disso uma
126 oportunidade de nos colocar com mais propriedade na sociedade”. Encerrado seu relato, o



127 Presidente abre a palavras aos demais Conselheiros para suas manifestações. O Conselheiro
128 Titular RONALDO DUSCHENES comenta sobre a pichação de um dos nossos mais importantes
129 monumentos, que é a Catedral de Pampulha, a Igreja de Pampulha, que teve seus azulejos
130 todos pintados, pichados, e solicita que conste em Ata o nosso repúdio a essa atitude.
131 Voltando ao último assunto exposto pelo Presidente, o Conselheiro comenta que a CED irá
132 tratar de forma mais profunda, mas ressalta que: “é um absurdo a forma como nós, unidades
133 da federação e Coordenadores das Comissões e em específico a Comissão de Ética, fomos
134 tratados nesse processo desta campanha, porque se a liderança deveria estar conosco, ela
135 nos foi tirada, não digo a liderança final, mas a liderança do processo de uma campanha que
136 vá falar sobre algo tão importante como um ataque ao conjunto dos Arquitetos, se nós
137 ficarmos de fora desse tipo de debate, de nada vale a nossa presença aqui no plenário, de
138 nada vale a presença, a reunião da nossa Comissão. Eu queria deixar apenas o protesto neste
139 momento, mas voltarei a ele na nossa fala da Comissão de Ética”. Não havendo
140 manifestações dos demais conselheiros, o Presidente solicita a apresentação do relato da
141 próxima comissão.....

142 **Relato das Comissões.....**

143 **2.1. Relato da Comissão de Exercício Profissional – CEP.....**

144 Com a Ata da Comissão exposta em tela (ANEXO IV), O Coordenador da CEP, Conselheiro
145 Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, inicia comentando que alguns dos assuntos
146 tratados já são recorrentes, como solicitação de isenção de pagamento de anuidades por
147 falta de atividade profissional, sendo dois protocolos de pessoa física e um de pessoa jurídica
148 pedindo a isenção ou por falta de movimentação na empresa, a empresa havia falido, e dois
149 profissionais porque não atuavam mais na área, e comenta que enquanto lia o relatório
150 surgiu à intenção de uma reunião com a CPFi, para juntas tentar estabelecer tratativas sobre
151 essas isenções de anuidades por falta de movimentação. O Coordenador da CEP comenta
152 que: “Tem uma Deliberação que diz que a partir do segundo ano o desligamento é
153 automático, a CEP tem tratado dessa forma, mas a CEP e a CPFi poderiam se reunir nas
154 próximas reuniões, para tentar sincronizar alguma ideia”. Outro assunto relatado pela CEP é
155 o caso do Escritório Modelo da Faculdade de Maringá, o Coordenador da comissão LUIZ
156 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, solicita a colaboração do Conselheiro Aníbal Verri Junior,
157 para que relate o assunto, uma vez que o mesmo tem mais conhecimento. Com a palavra, o
158 Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR relata que na Universidade Estadual de Maringá
159 existe a EMPEC, que é a Empresa Júnior de Engenharia Civil, que funciona há uns seis anos, e
160 que recentemente foi reativada, explica que essas empresas júnior são mais ou menos como
161 o centro acadêmico, dependendo da gestão ela tem uma ação mais proativa do que outras.
162 Comenta que recentemente foi retomada e a Universidade resolveu chamar os alunos da
163 arquitetura para participar; e explica: “E o que eles fizeram foi junto ao site da empresa eles
164 em um primeiro momento vincularam o nome de todos os professores da universidade,
165 tanto da engenharia quanto da arquitetura sem pedir autorização, e procuraram os alunos do
166 primeiro e segundo ano para colaborar com eles e basicamente o escopo de serviço deles era
167 fazer projeto arquitetônico”. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR comenta que



168 questionou os alunos, pois esta situação já tem dois anos que vem acontecendo, e
169 perguntou, "por que vocês não fazem projetos de engenharia estrutural, hidráulico,
170 elétrico?". "Porque isso é só no final do curso e é muito difícil"; e comenta que alertou que
171 eles não poderiam atuar do jeito que estavam, e a resposta que escutou foi "não, mas nós
172 temos um arquiteto que está assinando para nós os projetos". O Conselheiro fala que um
173 professor colaborador que dá aula na Civil aceitou colaborar com eles assinando como
174 pessoa física a várias situações. O Conselheiro reforça que sempre tentou apoiar os alunos
175 mostrando à eles que o caminho não seria esse, que eles deveriam achar um escopo de
176 trabalho compatível com a formação que eles têm e com a situação jurídica possível, porém
177 insistiram mais um pouco e chegaram a protocolar um registro no CAU; e complementa:
178 "Mudaram o estatuto deles, mantiveram o nome de EMPEC - Empresa Júnior de Engenharia e
179 completaram Engenharia Civil e Arquitetura e conseguiram um arquiteto de Marialva, primo
180 de um tio de um dos alunos, para assinar pela empresa, e eles fizeram o registro no
181 CAU/Paraná, porque atendiam os documentos que eram solicitados. Quando eu soube dessa
182 história eu fui verificar a documentação e percebi que o Arquiteto que estava assinando pela
183 empresa júnior não tinha vínculo com a Universidade. Então nós conseguimos barrar o
184 registro deles com esse questionamento. Fizemos um documento via CAU/PR questionando
185 se o profissional tinha vínculo com a Universidade, a Reitoria respondeu que não, então com
186 isso nós suspendemos o registro temporariamente. E eles agora voltaram alertando que no
187 Estatuto deles o responsável técnico não precisa ser professor, que eles funcionam com
188 auxílio de algum professor ou outro profissional. Eu me reuni com esses alunos
189 recentemente, porque eles estão de certa maneira entendendo que não é fazendo projeto de
190 regularização de obra na Prefeitura que eles vão complementar a formação. E fui lá para
191 discutir com eles uma possibilidade de outros tipos de trabalho que eles pudessem prestar
192 para a própria Universidade, que acredito que é a grande cliente deles, e falei aos alunos
193 dizendo que "eu me prontifico a colaborar com vocês, eu me reúno com vocês desde que os
194 alunos da Arquitetura sempre estejam nas reuniões". Fui à reunião semana passada, na
195 terça-feira, só tinha aluno da Engenharia Civil. Então fica claro que nós não podemos abrir
196 brecha para registrar uma empresa júnior dentro do Conselho em que os alunos que
197 coordenam são da Engenharia Civil. O CREA nunca reconheceu as empresas júnior, há anos,
198 lembro quando eu fui inspetor do CREA os alunos da engenharia sempre pediram para ter
199 empresa júnior e o CREA sempre falou, "pode ter, claro, mas vocês não podem assinar
200 nenhum documento, ART e assumir as responsabilidades". Então acho que nós temos que
201 tomar muito cuidado para conseguir organizar isso e não deixar escapar, porque os alunos,
202 ainda mais da Civil, são muito objetivos. Ainda falei para os alunos, "a diferença de vocês
203 para a Arquitetura é que a arquitetura tem o EMAU, que é o Escritório Modelo de
204 Arquitetura, que é completamente anárquico, aí todo mundo se encontra, é uma festa, eles
205 tentam pegar trabalho e tal. Agora, a Civil tem esta versão que é muito organizada. Quando,
206 o aluno chega lá, já ganha camisetinha polo e um organograma de funcionamento". Então
207 tem uma coisa de empreendedorismo que seduz os alunos, porém tem que ficar claro até
208 onde eles podem ir e as suas responsabilidades. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR



209 finaliza sugerindo que o CAU/PR questione e solicite à Universidade o regulamento de
210 funcionamento dessas empresas júnior para a partir desta informação o CAU/PR dar o
211 encaminhamento. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES manifesta-se dizendo que por
212 acaso, acompanhou alguma coisa relativa às empresas júnior e viu nelas alguma coisa
213 extremamente interessante. Informa que essas Empresas Junior têm uma organização
214 nacional e até internacional e são extremamente ativos. Agora, do ponto de vista da
215 Arquitetura é claro, não é o tamanho da casa que dá o tamanho da arquitetura, portanto
216 esses alunos não estão prontos para fazer isso. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR
217 comenta que está em tramitação no Congresso, está para sanção da Presidente da República
218 a regulamentação das empresas júnior no Brasil, e que precisa ser verificado de fato o que
219 essa regulamentação está propondo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta
220 que a fala do Conselheiro Aníbal coloca que a iniciativa de ter o estudante organizado
221 antecipando a sua relação com o mercado é sadio; porém acredita que cabe ao CAU orientá-
222 los, tirando as ilegalidades. O Coordenador da CEP LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA,
223 comenta que gostaria de abrir este processo à Comissão de Ensino e Formação para
224 colaborar com o parecer sobre esse sistema de Empresa Júnior; pois dentro da CEP foi
225 tratado oficialmente a questão do profissional que está assinando por essa empresa, o
226 profissional está em uma cidade, a empresa está em outra, são cidades vizinhas, a CEP está
227 pedindo esclarecimentos para ele a respeito de como ele está exercendo esse trabalho, qual
228 é o fluxo desse trabalho. A CEP aguarda o retorno desses esclarecimentos. O Coordenador
229 sugere que nesse meio tempo fosse feito uma análise junto com a CEF, para que a mesma
230 também entre em contato com a Universidade. O Coordenador da CEP reforça que a
231 Comissão já pediu alguns esclarecimentos para a Universidade, e também sobre o material
232 que eles têm, acreditando que com a chegada deste material é possível apresentar a CEF
233 para que juntos formem uma sistemática para esse assunto. E o último assunto também é
234 recorrente desde as primeiras reuniões desse ano, que são os casos da COPEL em que os
235 profissionais de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, e até mesmo em alguns outros Estados
236 do Brasil, são impedidos de exercer a atividades de projeto e execução de instalações
237 elétricas prediais de baixa tensão e de tubulações telefônicas. O Coordenador da CEP informa
238 que o CONFEA aprovou uma Deliberação, que trata essas atividades como exclusiva dos
239 Engenheiros; e solicita auxílio a Assessoria Jurídica do CAU/PR para relatar o andamento
240 deste processo. A Assessora Jurídica, Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE explica
241 que desde o ano passado o CAU/PR está transmitindo ofícios junto à COPEL, porém está
242 Deliberação é do CONFEA e que estão considerando não apenas nas companhias de Energia
243 de Curitiba ou do Paraná, e sim em todo o Brasil. Eles estão respaldando as Companhias de
244 Energia Elétrica, e elas respaldando o CONFEA nessa ação. E completa: “É um ofício, uma
245 Resolução do CONFEA de junho do ano passado, aguardávamos também uma posição do
246 CAU/BR, porque ele não atinge só o Paraná, não é só o CREA/PR, são os CREAs do Brasil todo
247 que estão se utilizando dessa Resolução do CONFEA, só que até o momento o CAU/BR não se
248 posicionou. Com relação à COPEL, nós estávamos tramitando alguns ofícios na tentativa de
249 resolver administrativamente com eles, mas como vocês já sabem, não foi possível, tivemos



250 no início do ano um último ofício que para podermos ajuizar uma ação e nós já tivemos essa
251 resposta deles, que foi encaminhada à Fiscalização do CAU/PR. A expectativa é que possamos
252 nas próximas semanas estar ajuizando uma ação junto a COPEL que vai refletir nessas outras
253 iniciativas também do CREA”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR manifesta-se
254 dizendo: “A resolução do CONFEA é datada de julho de 2015, que coloca a possibilidade de
255 suspensão de várias atribuições dos Arquitetos. Em tese não cabe ao CAU/PR fazer essa
256 defesa. Se é um documento do CONFEA, que arditosamente se propõe retirar várias
257 atribuições dos colegas, caberia ao CAU/BR fazer essa defesa há 6 ou 8 meses atrás. Agora
258 que nós estamos sentindo com mais força, que os CREAs estão usando esta Deliberação.
259 Somos obrigados aqui nós fazermos uma ação judicial”. Prosseguindo, o Coordenador da CEP
260 comenta brevemente sobre o último item da pauta, o informativo referente os
261 “Quantitativos de RRTs emitido por Ano” (ANEXO V). O Coordenador informa que a CEP
262 recebeu alguns filtros desse número para que seja produzido um material de divulgação para
263 os profissionais Arquitetos do Estado, sobre o exercício profissional dentro do Paraná. O
264 formulário trata dos últimos anos já filtrado com um número separado por modelo de RRTs.
265 O material será analisado pela Comissão e apresentado na próxima reunião plenária. O
266 Coordenador encerra seu relato, e agradece a atenção dos presentes.-----

267 **2.2. Relato da Comissão de Ensino e Formação - CEF.**-----

268 Devido à ausência do Coordenador da CEF por motivo de participação ao evento da ABEA, o
269 relato foi realizado pelo Conselheiro Titular ANDRÉ SELL, que inicia informando que o relato
270 será breve por já terem os assuntos discutidos anteriormente, sendo apenas para informação
271 dos Conselheiros; e comenta que: “Eu vou pular esse primeiro item, porque o Irã vai fazer
272 também um pronunciamento sobre isto. Vamos para o segundo, que é do Frederico Pipa,
273 que é aquele caso daquele profissional da Universidade de Córdoba, na Argentina. O registro
274 encontra-se no CAU/PR aguardando a confirmação da autenticidade da documentação de
275 revalidação pelo CAU/PR, então tudo indica que está de acordo, todas as análises feitas, mas
276 a Universidade tem que dar o ok. O processo foi encaminhado à quinquagésima segunda
277 reunião plenária do CAU/BR para apreciação e homologação, então está em andamento, nós
278 não temos mais o que fazer, porque já fizemos o encaminhamento. Outro assunto, a questão
279 da Universidade Positivo naquele curso superior de tecnologia em produção de projetos,
280 acredito que vocês vão lembrar daqueles tecnólogos que seriam “falsos” Arquitetos onde
281 eles indicavam que a pessoa teria certos direitos que são prerrogativas nossas. O assunto já
282 foi analisado pela nossa Assessoria Jurídica e foi encaminhado um documento à instituição
283 para maiores esclarecimentos e nós estamos no aguardo do pronunciamento para ter um
284 parecer final. Prosseguindo, outro assunto é a questão do curso de Arquitetura 100% EAD,
285 proposto por uma Universidade do Vale do Rio Verde, em Minas Gerais. O assunto já foi
286 discutido, e a CEF não é favorável, porque é impossível fazer um curso de arquitetura EAD,
287 mas não se trata de um curso aqui no Paraná. Sendo assim, foi encaminhado ao CAU/MG
288 para dar ciência disso com cópia para o CAU/BR; pois foge da responsabilidade da CEF/PR
289 atuar essa Universidade. Os ofícios foram encaminhados para providências. O próximo
290 assunto é da divulgação dos cursos no site do CAU/PR. Isso também já foi amplamente



291 divulgado, a nossa Assessoria de Comunicação já se referiu a esse fato, nós tivemos aquele
292 caso da UEL, que é uma Universidade Estadual e que não tem fins lucrativos. Foi decidido que
293 pode ser divulgado e vocês lembram também que teve o caso da UNIPAR e nós não
294 aprovamos por ser uma instituição privada e o curso trazia uma dubiedade, se era totalmente
295 para arquiteto ou não, então isso não foi aprovado. O assunto está em evolução na
296 Assessoria de Comunicação com previsão de um parecer para a próxima reunião. A
297 Faculdade INGÁ também solicitou o registro do curso, e toda a documentação parece estar
298 correta da parte do Conselho, porém depende do MEC, pois precisa ter o reconhecimento,
299 porque ela formou a primeira turma, mas tem que ter essa chancela do MEC. Foi visto no
300 extrato de movimentação do processo eletrônico do MEC sobre o reconhecimento dela.
301 Existe um parecer satisfatório da Secretaria de Ensino Superior, mas a CEF não consegui
302 acessar o conteúdo total, então ainda não foi dado oficialmente o parecer favorável e nós
303 não podemos passar por cima da decisão, mas tudo indica, pelo que foi averiguado, que está
304 correto, então é preciso aguardar essa deliberação do MEC. O próximo assunto trata-se do
305 profissional Miron Matiazzo Bento que pedia a inclusão do título de Especialização em
306 Segurança do Trabalho. Conforme a consulta feita ao SICCAU, está tudo ok, vai ser
307 promulgado para ele ser Arquiteto Urbanista com Especialização, diferente daquele outro
308 caso onde o profissional pedia que não constasse o título de Arquiteto e Urbanista, só
309 Engenheiro de Segurança. E o último assunto, será relatado pelo Conselheiro Irã. Trata-se de
310 uma formanda da UNIPAR aqui no Paraná, que foi fazer o seu registro no Mato Grosso. Então
311 ficou aquela pendência, porque a UNIPAR não tinha enviado a relação dos egressos e nós não
312 tínhamos como fazê-lo. No Mato Grosso eles já têm um acordo com as todas as faculdades,
313 que já mandam a relação dos alunos". O Conselheiro André Sell passa a palavra ao
314 Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, que relata tratar-se de um processo
315 bastante simples, um ofício que será encaminhado às Instituições de Ensino Superior com a
316 solicitação de listagem de egressos ou Ata de formandos do Curso de Arquitetura e
317 Urbanismo. Explica que será um ofício padrão (ANEXO VI) à ser enviado a todas, fala da
318 vigência da lei 12.378, especifica itens e Resoluções do CAU, todos os atos administrativos e
319 conclui: "Assim, solicitamos que esta Instituição de Ensino Superior encaminhe a este
320 Conselho a listagem de egressos ou Ata de formandos ou documento equivalente ao período,
321 de 2015 e 2016, depois 2016 e 2017, para que CAU possa efetuar o registro de egressos desta
322 instituição. É uma medida bastante simples que normatiza toda a coleta de dados de recém-
323 formados". O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita que todas as Resoluções sejam
324 citadas no documento. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE reforça que os
325 artigos da lei 12.378/2010 e todas as Resoluções pertinentes serão citadas, encerrando assim
326 o relato CEF

327 **Relatos da Comissão de Ética e Disciplina - CED**.....

328 O Coordenador da Comissão, Conselheiro RONALDO DUSCHENES inicia com a informação do
329 recebimento de uma correspondência (ANEXO VII) que visa a solicitação de contribuições ao
330 Código de Ética até a data de 24 (vinte e quatro) de março. No entanto, a Comissão verifica a
331 necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema, elaborando um trabalho



332 específico da CED; e ainda, verifica a possibilidade de preparar uma reunião extraordinária
333 em Curitiba para debater este tema, solicitando aos Conselheiros que enviem sugestões por
334 *e-mail* para serem indicados na pauta deste evento. O Coordenador da CED estende o convite
335 aos demais para que possam dar suas contribuições. O Presidente JEFERSON DANTAS
336 NAVOLAR solicita que a reunião seja conjunta entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do
337 Sul e informa sobre a possibilidade de participação do Conselheiro Federal JOÃO HONÓRIO
338 DE MELLO FILHO. O Conselheiro IDEVAL DOS SANTOS FILHO sugere ao Código de Ética uma
339 versão comentada, para facilitação de leitura e entendimento aos Profissionais. O Presidente
340 relata que o módulo de ética já está disponível no SICCAU. O Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA
341 DUDEQUE sugere que alguns itens sejam retirados do Código de Ética sem que perca sua
342 essência, e ainda, que seu contexto não seja excessivo na redação. Na sequência o
343 Conselheiro RONALDO DUSCHENES relata o segundo item da pauta referente a campanha
344 publicitária lançada pelo CAU/BR denominada como “Arquitetos pela Ética” a qual se
345 referente ao tema Reserva Técnica, direcionada à “logistas/fornecedores e estudantes”.
346 Comenta sobre o recebimento de um abaixo-assinado e uma carta de repúdio (Anexo XIII)
347 contando 27 (vinte e sete) páginas, criticando a forma como a campanha foi colocada e
348 ainda, destaca o pedido de providências para resolução do caso. Assunto que tem causado
349 grande polêmica dentro da Comunidade dos Arquitetos do Brasil. Comenta também, sobre o
350 posicionamento da Comissão que evidencia a aceitação à revelia dos Coordenadores das
351 Comissões de Ética dos Estados da federação. Defende que a Campanha para ser concluída
352 deve contar com a participação ao menos da elaboração teórica e de seus significados, e
353 comenta: “. Ela foi colocada de uma forma estapafúrdia. Tudo bem que seja contra a Reserva
354 Técnica, esse era o princípio, mas nada dizia que deveria denegrir os Arquitetos da forma
355 como denegriu, colocar o mercado da forma como colocou. Está completamente errada. São
356 três partes que participam disso, você tem a sociedade, você tem os fornecedores e você tem
357 os Arquitetos. As relações entre essas três partes têm que estar muito claras, elas são partes
358 de contratos muito claros, as explicações dadas pelo nosso causídico Augusto foram muito
359 boas mostrando que as relações de contrato têm que ser explícitas, elas não podem ser
360 promíscuas”. O Coordenador da CED reafirma que a campanha não pode generalizar como se
361 todos os Arquitetos recebessem Reserva Técnica, e sim que existem alguns Arquitetos que
362 tem o hábito de receber Reserva Técnica. Ressalta que é 100% (cem por cento) a favor da
363 campanha, desde que seja feito da forma correta. A posição da CED/PR é de discutir o
364 assunto e levar a sugestão ao Seminário da Comissão de Ética e Disciplina que ocorrerá nos
365 dias 06 e 07 de abril, na tentativa de fazermos chegar à Presidência Nacional. O Presidente
366 JEFERSON DANTAS NAVOLAR sugere que seja feito uma redação pontuando os itens que a
367 CED acredita ser importante e juntamente com esta redação pontuada ser elaborado uma
368 Deliberação para o conselheiro apresentar no seminário. O Coordenador da CED concorda
369 com a sugestão. Prosseguindo com a pauta relata o terceiro item, informando que ocorrerão
370 quatro Seminários nos próximos meses, sendo em abril, junho, agosto e setembro. E ainda,
371 dois Seminários Técnicos nos meses de julho e outubro. Solicita a aprovação da Plenária para
372 a participação dessas reuniões, além do Coordenador da Comissão, mais um Conselheiro e



373 ainda, um representante da área jurídica. Inicialmente a aprovação da participação do
374 Seminário Regional (ANEXO IX) que ocorrerá nos dias 7 (sete) e 8 (oito) de abril na Cidade de
375 Teresina/Piauí. Assim, obteve a aprovação da Plenária para esses eventos. E por último
376 comenta sobre o Regimento de Conciliação, Regulamentação da Instância Reguladora da
377 Comissão de Ética e Disciplina do CAU/PR. O texto (ANEXO X) foi encaminhado a todos os
378 Conselheiros para análise com antecedência, e desta forma seguiu com aprovação unanime
379 da Plenária, mas lembrando, que ocorrendo divergências no texto poderá posteriormente
380 retornar para correções. E acrescenta que neste caso há obrigatoriedade de Deliberação
381 numerada, assinada para este documento. O Conselheiro titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA
382 expressa a preocupação da Comissão perante os processos que estão sob triagem do Setor
383 de Fiscalização e período extenso de retorno ao setor específico. E ainda, sugere que ocorra
384 um mutirão em dia e data pré-agendada juntamente com a Comissão de Exercício
385 Profissional para que ocorra uma distribuição destes processos. O Presidente JEFERSON
386 DANTAS NAVOLAR informa que esta preocupação existe pelo fato de ter uma quantidade
387 grande de denúncias e que está força tarefa já ocorre com prazo estabelecido, no entanto,
388 depende apenas da análise da Fiscalização. Sugere que aguardem a triagem dos setores, e
389 após esse período contaremos com a colaboração dos Conselheiros para efetuarem seus
390 relatos. E ainda, comenta que já foram convocados outros 4 (quatro) Fiscais concursados,
391 conforme previsão da Plenária. O Conselheiro RONALDO DUSCHENES ressalta que nesta e na
392 reunião passada não houve nenhum novo processo na CED. E que nas demais Unidades da
393 Federação estão em pleno andamento nas suas Comissões, julgado e passando para segunda
394 instância, então a preocupação consiste em regular essas diferenças. O Coordenador da CED
395 comenta que o Conselheiro LEANDRO TEIXEIRA COSTA foi eleito como Presidente da
396 Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu. O Presidente JEFERSON DANTAS
397 NAVOLAR parabeniza a eleição e agradece ao Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina,
398 assim encerra os relatos passando para a próxima Comissão.-----

399 **2.4. Relato da Comissão de Organização e Administração – COA.-----**

400 Em virtude de compromisso no dia da Plenária, o Coordenador da COA, BRUNO SOARES
401 MARTINS não pode estar presente, porém o mesmo esteve presente no dia anterior para
402 participar da Reunião das Comissões. O relato da Comissão passa a ser realizado pela
403 Conselheira Titular MARGARETH MENEZES, que solicita a exposição da Ata (ANEXO XI) da
404 reunião da Comissão na tela. O primeiro item de pauta refere-se ao Informativo Ofício
405 Circular CAU/BR nº 014/2016-PR (ANEXO XII), que trata do adiamento do II Encontro das
406 COA-CAU/BR com as COA-CAU/UF que aconteceria no dia 29 de março de 2016; a nova data
407 para realização do evento ainda será definida pela COA/BR. Prosseguindo, a Conselheira
408 comenta a respeito do Acórdão TCU nº96/2016, onde o Presidente Haroldo Pinheiro do
409 CAU/BR informa que o Tribunal de Contas da União (TCU) elogiou o CAU/BR (ANEXO XIII)
410 referente às “Boas Práticas” observada no Conselho: “o qual implantou em sua estrutura
411 organizacional um serviço para atendimento das necessidades comuns dos demais Conselhos
412 Regionais de Arquitetura e Urbanismo, compartilhando os serviços para criação,
413 disponibilização e manutenção de estrutura de TI capaz de atender à LAI, de modo a tornar



414 viável, de forma eficiente e econômica, a divulgação das informações, mediante a divisão de
415 custos”; comenta também que o Presidente do CAU/BR cumprimentou e agradeceu aos
416 técnicos envolvidos no desenvolvimento do Portal de Transparência
417 (<http://transparencia.caubr.gov.br/>), particularmente aos Assessores de Comunicação e
418 Jurídica, as Gerências Geral e de Orçamento e Finanças , a Auditoria Interna do CAU/BR,
419 assim como as Conselheiros do CAU/BR e Presidentes dos CAU/UF responsáveis pela
420 Resolução que deliberou pela aprovação e implantação do Centro de Serviços
421 Compartilhados –CSC - do CAU e do nosso Portal de Transparência. O Presidente JEFERSON
422 DANTAS NAVOLAR, solicita que o Assessor de Comunicação e Ouvidor, Antônio Carlos
423 Domingues da Silva que faça um breve relato referente à implantação do Portal de
424 Transparência. O Assessor de Comunicação, solicita que se acesse o site do CAU/PR e clique
425 na aba “Transparência” e explica: “O CAU/BR lançou recentemente o seu portal da
426 transparência, que será replicado para todos os estados. Inclusive o portal da transparência
427 do CAU/BR está servindo como modelo para várias outras autarquias. O CAU/BR inclusive
428 está noticiando hoje no seu site que recebeu a visita de outros Conselhos para conhecerem o
429 portal de transparência que foi citado como referência pelo TCU. Esses itens do menu são os
430 mesmos que aparecem no portal da transparência do CAU/BR. Em Planejamento temos
431 todos os orçamentos finalizados dos quatro primeiros anos e já a projeção 2016 e também o
432 Organograma. Em Finanças, toda parte de execução financeira, por exemplo, a relação de
433 processos e Notas de Empenho. Tem todos os pagamentos realizados pelo CAU/PR conforme
434 orientação do CAU/BR e do TCU; temos também a parte de recursos humanos, licitações,
435 chamadas públicas e outros processos. Todas as passagens, diárias, de Conselheiros e
436 funcionários, a relação de diárias concedidas por evento. Isso então é padrão como o CAU/BR
437 também faz. Gestão de recursos humanos, quadro de empregados, as folhas de pagamento
438 mês a mês e o que não consta no site do CAU/BR, mas são os documentos em relação à
439 eleição de 2014”. Finaliza dizendo que a página do portal da transparência é interativa,
440 disponibiliza várias informações; porém ainda terá algumas melhoras por parte do CAU/BR. O
441 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR manifesta-se lembrando que apesar de todas essas
442 informações já estarem disponíveis no Portal de Transparência, existem seis pedidos de
443 inquérito no Ministério Público do Paraná respeito do CAU/PR, informações essas que seriam
444 obtidas apenas ao acessar o Portal de Transparência. A Conselheira Titular MARGARETH
445 MENEZES prossegue com a pauta da COA, comentando sobre o ajuste no calendário de 2016
446 do CAU/PR (ANEXO XIV), onde deve-se acrescentar no calendário a emenda de folga por
447 compensação de banco de horas no dia 22 de abril, considerando o Feriado de Tiradentes
448 que acontece na quinta-feira dia 21. Esta informação foi feita em Reunião Plenária dia 25 de
449 janeiro de 2016, conforme registro na Ata nº 52, página 22, porém ainda não constava no
450 calendário. Na sequência a Conselheira informa a respeito do Ofício Circular CAU/BR
451 nº013/2016-PR – GESPÚBLICA (ANEXO XV), que trata-se do convite para participar com seu
452 corpo técnico, com foco em TI, da reunião a ser realizada em Porto Alegre, nos dias 28 e 29
453 de março de 2016; e comenta: “Nós conversamos na Comissão e resolvemos que tem que ser
454 criada a comissão de TI (Tecnologia da Informação) e os membros da Comissão de TI que



455 participarão do encontro. Foi sugerido pela Presidência para formar uma Comissão para
456 atender a reunião e indica os Conselheiros Luiz Eduardo Bini representando a CEP, Margareth
457 Menezes, representando a COA e Milton Carlos Zanelatto representando a CPFI ficando
458 pendente só informar o colaborador do CAU/PR que também participará da reunião. Aberto
459 à Deliberação e sugestão da plenária”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR contribui
460 dizendo: “os Conselheiros devem lembrar que já houve a assinatura pelo CAU/BR como
461 órgão federal responsável pelo programa e que visa diminuir a burocracia e melhorar o
462 controle. Esta Plenária nos autorizou a aderir com condicionantes, assim o fizemos, o Paraná
463 com mais alguns Estados também aderiram e agora já veio então a primeira orientação da
464 Gespública e do CAU/BR dizendo que nós não temos suporte de TI para aderir, para efetivar a
465 ação. Então CAU/BR recuou em relação ao calendário e nós então temos que aguardar, por
466 isso a ênfase em termos como representante na Comissão, alguém de TI nessa reunião para
467 que se avalie qual é o software ou qual é a maneira que o programa exige para que possamos
468 nos adequar”; e conclui: “uma dificuldade que o CAU/PR vai ter é que o nosso profissional de
469 TI concursado não se adequou e foi dispensado e a alternativa que temos e que é a que está
470 funcionando é uma empresa terceirizada que nos ajuda nessa questão de TI. Então nós
471 estamos de mãos atadas, nós não podemos levar um terceirizado para participar dessas
472 reuniões, mas também não temos um funcionário contratado para nos representar”. Dando
473 sequência a Conselheira Titular MARGARETH MENEZES informa sobre o Ofício
474 nº078/2016/PRES/CAUSC (ANEXO XVI), que trata-se do 2º Encontro COA’s e CCAA-SUL, que
475 ocorrerá nos dias 05 e 06 de maio de 2016, a pedido da Comissão de Contas e Atos
476 Administrativos do CAU/SC. A COA/PR sugere a participação do Coordenador da COA Bruno
477 Soares Martins, do Gerente Geral do CAU/PR Nilto Roberto Cerioli, e do Presidente do
478 CAU/PR Jeferson Dantas Navolar. Ficando aberto para sugestão e Deliberação da plenária. O
479 Presidente contribui: “se me permite, eu vou insistir aqui, os três estados do Sul têm tentado
480 nivelar as suas ações, trocar experiência com mais frequência e essa então é mais uma
481 iniciativa nesse sentido. O tema que está colocado agora, por isso que é da COA a iniciativa, é
482 a questão dos “arquivos e processos” que vieram do CREA. Há uma perspectiva de ser
483 padronizada essa administração, Rio Grande do Sul só agora recebeu os arquivos do CREA,
484 Santa Catarina eu não sei se já recebeu, havia o comentário que, se recebesse, ia entregar a
485 uma empresa especializada. No Paraná já temos organizado internamente. Foi um trabalho
486 de meses, os colegas lembram disso, e hoje está à disposição par e passo, a cada colega que
487 chega temos como acessar diretamente a pasta de cada um. Se Santa Catarina vai terceirizar
488 isso em uma empresa, quer dizer, gera uma burocracia, enfim, e Rio Grande do Sul quer
489 saber como faz e nós estamos propondo que este assunto também entre nesta pauta o
490 tratamento dos processos futuros, os processos já criados nesses quatro anos de
491 administração, pois cada CAU/UF tem feito de uma maneira. Então apesar de termos SICCAU,
492 de termos TI, há uma burocracia criada, são fluxos de processo que estão sendo tratados
493 diferentemente nos Estados, isso amanhã pode ser um fator de dificuldade quando precisar
494 migrar um processo de um Estado para o outro, já que somos arquitetos do Brasil e a
495 mobilidade existe. A Conselheira prossegue e informa sobre o Ofício 029/2016 – ENIC



496 (ANEXO XVII), que trata do 88º Encontro Nacional da Indústria da Construção, Convite
497 Solenidade de Abertura. Encontro que reúne a cada edição cerca de dois mil participantes
498 entre empresários de todos os segmentos da construção, para debater temas relevantes para
499 o desenvolvimento econômico e social País. A COA sugere para representar o CAU/PR neste
500 evento, o Conselheiro Nestor Dalmina. Aberto à Plenária, para verificar a disponibilidade de
501 participação dos demais Conselheiros. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita a
502 palavra e comenta: “esse evento vai acontecer em Foz do Iguaçu, então o Presidente da
503 Associação Comercial vai ser provavelmente não só um participante, mas um anfitrião desse
504 encontro nacional importante, então de antemão eu também gostaria que, de uma certa
505 forma o Conselheiro Leandro também nos represente, claro que é uma posição menor ser
506 conselheiro nesse momento do que ser presidente da Associação Comercial. Eu vou fazer um
507 esforço também para estar presente já que foi um convite formal da Coordenação da CBIC
508 (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), acredito que é uma oportunidade, um
509 orgulho até do CAU/PR já ser citado. Seguindo a pauta da COA, a Conselheira comenta sobre
510 a Reunião da COA/PR com os Gerentes de Setores do CAU/PR (ANEXO XVIII) que realizou-se
511 no dia 07 de março, as 9 horas e 30 minutos. Estiveram presentes os Coordenador da COA
512 Bruno Soares Martins, o Conselheiro Nestor Dalmina, o Gerente Financeiro Nilto Roberto
513 Cerioli, o Gerente Administrativo Edson Ramos, o Gerente de Comunicação Antônio Carlos
514 Domingues, Gerente de Atendimento Leandro Reguelin, Gerente de Fiscalização Walter
515 Gustavo Linzmayer, a Gerente do Jurídico Claudia Cristina Taborda Dudeque, o Coordenador
516 do Jurídico Augusto Ramos, e a Assessora da COA Andressa Fabiana de Oliveira. A reunião
517 tratou pontualmente sobre a forma como os relatórios de setores tem sido apresentado à
518 Plenária. Nesta reunião foram definidos os seguintes critérios a serem adotados para a
519 elaboração dos relatórios; I) Resumo Geral do relatório de forma simples e objetiva; II)
520 Gráficos Comparativos mensal e se possível anual (3 meses/3 anos); III) Evolução das
521 Atividades; IV) Padronização de cores das informações nos gráficos; e V) Envio dos Relatórios
522 com 48 horas (úteis) de antecedência ao dia da Plenária. E lembra que cada setor tem suas
523 particularidades referente as atividades, não sendo possível criar um modelo de relatório
524 padrão para todos os setores; ficando cada setor responsável pela elaboração de seu
525 relatório, adotando os critérios estipulados. Na sequência faz a apresentação dos
526 RELATÓRIOS DAS SEÇÕES DO CAU/PR: “Foram analisados os relatórios dos setores:
527 Administrativo (ANEXO XIX), Atendimento (ANEXO XX), Comunicação (ANEXO XXI), Jurídico
528 (ANEXO XXII) e Fiscalização (ANEXO XXIII). Referente ao relatório de Atendimento, observou-
529 se que houve uma evolução na emissão de RRT próximo a 25% (vinte e cinco por cento) se
530 comparado aos meses de janeiro e fevereiro deste mesmo ano, ocorrendo também um
531 aumento de Registro de Profissional, devido os números de recém-formados. Referente ao
532 relatório de Comunicação, destaca-se desenvolvimento nas atividades, inclusive que as ações
533 feitas no Facebook duplicaram. O relatório do setor Jurídico demonstra um total de 225
534 processos tratados. Ao que trata o relatório de Fiscalização, pode-se analisar vários
535 processos; porém a COA solicita esclarecimento de forma objetiva quanto a demanda de
536 denúncias e arquivamento das mesmas. Ficou decidido que o Relatório Financeiro será



537 apresentado pela CPFi, para que não ocorra duplicidade de informação e divergência quanto
538 a explicação”. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES chama
539 atenção para o número de denúncias feitas nos últimos três meses que aparecem no
540 relatório de fiscalização, sendo 163 (cento e sessenta e três) no mês de janeiro, 39 (trinta e
541 nove) em fevereiro e 68 (sessenta e oito) em março; expõem sua preocupação quanto a
542 quantidades de denúncias recebidas e quantas dessas deverão ser encaminhado à CED e o
543 prazo para isso ocorrer. O Presidente manifesta-se em relação a preocupação do
544 Conselheiro: “Já há meses essa realidade tem aparecido e nós estamos tentando mudar o
545 quadro, a força-tarefa foi criada, os quatro arquitetos estão chamados. O único argumento
546 que tem que colocar, não em defesa, mas a Assessora Jurídica, Dra. Cláudia chegou a
547 construir inclusive um fluxograma de entendimento das Resoluções aprovadas pelo CAU/BR,
548 É um quebra-cabeça, um labirinto de prazos e Resoluções. Nós apresentamos este quadro de
549 fluxos em uma plenária do CAU/BR e disse: "eu quero ver um Conselheiro Federal deliberar
550 um processo de fiscalização". E até agora nada mudou de lá para cá”. O Conselheiro Titular
551 RONALDO DUSCHENES ressalta que: “ é importante salientar aqui é a importância da
552 apresentação desses gráficos, porque simplifica a nossa forma de olhar e facilita o assunto.
553 Não tínhamos esse conhecimento sem a apresentação desses gráficos”. A Assessora Jurídica
554 do CAU/PR faz uma breve apresentação do Fluxo de Processo Ético (ANEXO XXIV): “Esse é do
555 Processo Ético, inicia na Fiscalização que faz uma pré-análise, e encaminha à Comissão. É
556 verificada o atendimento aos requisitos, e se sim é um procedimento, se não é outro
557 procedimento. Aí tem a prática de oficiar o denunciante, se ele se manifestar é um
558 procedimento, ou outro, então tem todo o cumprimento de prazos para tramitar cada passo.
559 Esse é o de Ética, os outros processos são parecidos”. Encerrada a pauta passa-se para o
560 relato da próxima Comissão.....

561 **2.5. Relato da Comissão de Planejamento e Finanças – CPFi.....**

562 O Presidente do CAU/PR solicita ao Coordenador da Comissão de Planejamento e Finanças
563 Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO, para o Relato da CPFi que com a ata (ANEXO
564 XXV) em tela, passa ao primeiro item da pauta, que trata da aprovação da Ata anterior da
565 CPFi, e comenta: “nós já havíamos feito uma correção na reunião anterior da plenária e
566 houve novamente uma correção referente à Ata de janeiro. Então já fizemos a correção no
567 item que tinha sido solicitado para a aprovação dos. Outra foi a inclusão na pauta do
568 levantamento judicial dos recursos passados e seu destino. Devem ser depositados em conta
569 específica, inclusive os recursos futuros”. Dando sequência, com o Quadro Evolução das
570 Receitas 2015 x 2016 exposto, o Coordenador da CPFi comenta que foram apresentadas as
571 planilhas de Evolução Receitas 2015x2016, com e sem rentabilidade das aplicações
572 financeiras; RRTs mês a mês; Movimentações Financeiras e Quadro de Evolução de Despesas
573 do CAU/PR; e explica: “Então como podemos ver o gráfico, conforme o Documento Circular
574 Interno, que foi encaminhada para nós da CPFi pelo Gerente Geral, Nilto Roberto Ceriloi. Não
575 houve nenhum registro, aliás, conforme o relatório do mês de fevereiro, não houve nenhum
576 evento digno de registro. As receitas de janeiro e fevereiro. Podemos observar em 2016, no
577 Quadro de Resumo Evolução de Receitas 2015 x 2016 não incluindo a rentabilidade das



578 aplicações, fevereiro está negativo com - 4,8% (menos quatro inteiro e oito décimos por
579 cento), totalizando uma previsão negativa de -7,4% (menos sete inteiros e quatro décimos
580 por cento). Com relação aos RRTs, foi comentado pela Conselheira Margareth, houve uma
581 variação de positiva com aumento no recolhimento dos RRTs com relação a março
582 comparando a fevereiro, mas isso com relação a 2016. O nosso gráfico já não mostra mensal,
583 ele mostra, sim, o anual. E esse aumento dos RRTs é colocado separado para cada tipo, cada
584 modalidade de RRT. No nosso caso não, ele já é o valor total de todas as modalidades que, a
585 partir de agora, vai ser mostrado por nós aqui para evitar esses conflitos. Então observa-se,
586 que no caso dos RRT estamos agora um pouco acima de 2013. Com relação a 2014 e 2015
587 ficamos bem abaixo. Os gráficos de entrada e saída. Foi apresentado para CPFi um gráfico
588 não incluindo as rentabilidades; o Quadro Evolução das Despesas, que até na plenária
589 anterior não foi apresentada e nessa também não vai ser apresentada, solicitamos uma
590 informação do Departamento Financeiro, o qual foi nos passado que não foi possível essa
591 apresentação. Então assim que for passada essa evolução das despesas, o quadro que dá
592 para ver perfeitamente essa diferença”. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES
593 comenta que seria interessante que houvesse um terceiro gráfico que mostrasse a evolução.
594 O Coordenador da CPFi, informa que já foi solicitado ao Setor Financeiro, mas devido à
595 grande quantidade de serviço não foi possível fazer a apresentação dele no momento.
596 Prosseguindo com a pauta, o Coordenador da CPFi comenta sobre a Aprovação das Contas de
597 Fevereiro, mostrando que foram analisados os documentos recebidos; passando para o
598 Quadro Resumo da Evolução do Fluxo de Caixa, e o Quadro Comparativo dos Rendimentos. O
599 Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES questiona a diferença de saída de caixa em janeiro
600 e fevereiro, perguntando porque a saída de caixa do mês de fevereiro é maior que janeiro. O
601 Gerente Geral NILTO ROBERTO CERIOLI comenta que na verdade o mês de fevereiro está
602 dentro de uma média, dentro do histórico normal, sendo que janeiro que não está, e explica:
603 “porque em dezembro foram acumulados todos os gastos do exercício para cumprir o
604 orçamento de 2015, então algumas coisas que venciam no começo de janeiro foram pagos
605 em dezembro para efeito do fechamento do orçamento para não prejudicar o orçamento
606 desse exercício de 2016. Exemplo guias, impostos, alugueis, etc. que poderiam ser quitados
607 no mês de janeiro foram liquidados todos em dezembro porque a competência era do
608 exercício passado ainda”. O Coordenador da CPFi, Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS
609 FILHO prossegue e comenta a respeito do gráfico de Despesa Individualizadas da Sede e das
610 Regionais. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES manifesta-se dizendo que: “A
611 rentabilidade é muito boa. Quer dizer, é um valor muito pequeno alocado nas Regionais e
612 tem um efeito muito grande, parabéns. Isso mostra uma política muito positiva”.
613 Continuando, o Coordenador da CPFi informa que após a análise feita das contas de fevereiro
614 de 2016, conforme os quadros e gráficos apresentados para todos os Conselheiros de acordo
615 com o DCI (ANEXO XXVI) de primeiro de março, e como já anunciado nos textos acima, as
616 receitas, a exemplo dos exercícios anteriores, atingem valores elevados em função das
617 anuidades. As despesas retornam seus patamares históricos e a arrecadação continua em sua
618 linha declinante acumulando agora em 2016 entre janeiro e fevereiro um percentual



619 negativo de - 7,4% (menos sete inteiro e quatro décimos por cento) em relação a igual
620 período do exercício anterior, apesar dos reajustes das anuidades de 10,96% (dez inteiros e
621 noventa e seis centésimos por cento). Apenas os valores relativos aos RRTs quitados
622 apresentam ligeira melhora, situando-se acima de 2013 e abaixo de 2014 e 2015 para o mês
623 de fevereiro. Concluindo a CPFi opina favoravelmente à aprovação das contas de fevereiro. O
624 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em votação à Plenária a aprovação das
625 contas relativas ao mês de fevereiro. Sem manifestações contrárias, a Plenária acompanha o
626 voto da CPFi e aprova as contas do mês de fevereiro. O Coordenador fala com relação ao
627 Fundo de Apoio do CAU/PR, e esclarece: “quando nos foram enviadas as contas para a CPFi
628 analisar foi enviada também essa conta e surgiu a dúvida, eu solicitei ao Gerente Geral Nilto
629 Roberto Cerioli, que nos passou então o esclarecimento. Conforme aprovado em Plenária e
630 de acordo com os extratos e informações apresentadas pelo Gerente geral, os valores
631 referentes ao Fundo de Apoio do CAU/BR foram transferidos para a conta 037300336971 da
632 Caixa Econômica Federal. A transferência realizada constitui-se de duas parcelas de
633 R\$25.744,91 (vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e um
634 centavos) cada, que são correspondentes a novembro e dezembro de 2015 corrigidas pela
635 taxa utilizada do CDB da Caixa Econômica Federal. E mais duas parcelas de R\$26.817,08
636 (vinte e seis mil, oitocentos e dezessete reais, e oito centavos) cada correspondente a janeiro
637 e fevereiro de 2016 no mesmo método de correção. Quanto ao valor do depósito judicial, foi
638 solicitado já para a advogada, mas ainda não foram levantados esses valores”. O Presidente
639 faz o seguinte comentário: “Desde a decisão judicial em benefício do CAU/PR nós estamos
640 desobrigados em cumprir a Resolução do Fundo de Apoio. Mas, por prevenção nós estamos
641 fazendo o depósito em uma conta exclusiva mês a mês. Para nós é uma simples
642 transferência, sai de uma conta e vai para outra, mas se amanhã tiver uma outra decisão
643 judicial, uma outra coisa, o que neste caso não existe a hipótese, a ação esta transitada em
644 julgado. Só não chegou ainda para nós, como foi relatado aqui, o dinheiro que a justiça
645 autorizou trazer de volta para o CAU/PR. O pedido foi feito, mas a justiça ainda não liberou,
646 tem lá seus prazos que a gente não sabe quais são. Que deve ser algo como R\$700.000,00
647 (setecentos mil reais) a R\$800.000,00 (oitocentos mil reais). E permanece a dúvida do nosso
648 Setor de Contabilidade: se é conta corrente ou despesa de capital. Continuando, o
649 Coordenador apresenta o parecer da CPFi referente as Demonstrações Contábeis do
650 Exercício de 2015 do CAU/PR (ANEXO XXVII). O relatório contábil CAU/BR nº 27/2016 (ANEXO
651 XXVIII) relativo ao exercício 2015 apresentou então a seguinte conclusão, "não constatamos
652 nenhuma falha na prestação de contas do CAU/PR relativo ao exercício de 2015. Informamos
653 que a mesma está em condições de ser aprovada pela Comissão de Finanças e Plenária do
654 CAU/BR". Somadas as informações do relatório de análise de balanços do CAU/UF,
655 conciliação do balancete analítico exercício 2015 recebidos do CAU/BR, essa Comissão opina
656 favoravelmente à aprovação das demonstrações contábeis do CAU/PR relativas ao exercício
657 2015, porém condicionada à Auditoria do CAU/BR, que está prevista, conforme notificação
658 para o período de 28 de março a 1 de abril de 2016; e finaliza: “E caso não haja alguma
659 ressalva, por parte da Auditoria, poderemos considerar aprovadas as contas do referido



660 exercício. Lembrando que todas as contas foram aprovadas mensalmente por essa plenária”.
661 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece e comenta que é um momento
662 importante do CAU/PR já ter a manifestação oficial do CAU/BR quanto às contas dizendo que
663 foram analisadas e que podem ser aprovadas, sendo considerada pela Comissão estadual
664 esta manifestação oficial, e complementa: “vamos colocar então as contas do CAU/PR, a
665 aprovação do CAU/BR e a aprovação da Comissão de Finanças para a Auditoria. Temos as
666 prévias feitas e em tempo para que a Auditoria possa se manifestar. Então quero mais uma
667 vez agradecer aos Conselheiros da CPFi, ao Coordenador Ideval, agradecer à equipe do
668 Cerioli pelo empenho que tem dado em cumprir os prazos, em nos ajudar a estar sempre
669 tranquilos em relação a essas contas”. A mesa coloca em votação. Considerando o que foi
670 apresentado, que tem o parecer favorável do CAU/PR e tem o parecer favorável da Comissão,
671 não houve manifestações contrárias por parte dos Conselheiros, ficando aprovadas as Contas
672 do ano 2015 por unanimidade. O Coordenador da CPFi, IDEVALL DOS SANTOS FILHO comenta
673 que: “no último dia 3 de março estivemos em Brasília para participar do encontro temático
674 da CPFi para prestações de contas que teve como objetivo tratar os procedimentos a serem
675 adotados pelo CAU/BR e aos CAUs/UFs na apresentação aos órgãos de controle interno e
676 externo da prestação de contas anual. Os principais pontos de ressalva lá foram com relação
677 à reincidência de erros cometidos em exercícios anteriores, diferença entre a informação de
678 execução orçamentária no plano de ação e no fechamento contábil (Siscont.net),
679 descumprimento dos prazos normativos para os processos de prestação de contas. A CPFi/PR
680 participou junto com o contador Pierre Albert Bonneville, e uma das coisas que foi
681 reforçada, que percebemos mesmo era com relação aos atrasos para cumprimento dos
682 prazos. Uma das coisas que também chamou atenção foi quanto à prestação de contas do
683 ano passado, que alguns Estados lá presentes acabaram até não gostando muito da forma,
684 pois foram classificados como "sem condição de análise". O pessoal ficou muito bravo com
685 isso, sendo chamados de incompetentes, porque se não existe nem condição de análise”. O
686 Coordenador solicita que o Gerente Geral, Nilto Roberto Cerioli faça um pequeno comentário
687 sobre o assunto. O Gerente Geral comenta que: “Ele pediu para eu falar alguma coisa
688 justamente das providências nessa questão de prazo e nessa relação do relatório para o TCU.
689 Então o relatório TCU até o ano passado, ano retrasado, ele não examinava os Conselhos de
690 classe, eles não acompanhavam. A partir de um novo Acórdão que aconteceu, eles
691 chamaram os Conselhos através de várias correspondências, nós respondemos questionários
692 preliminares dando dados, isso já vem há 2 anos e saiu então o ano passado referente ao
693 exercício de 2014 nós fizemos o relatório para o TCU dentro daquilo que foi pedido sob o
694 exame do CAU/BR inclusive está no Portal da Transparência, o nosso relatório entregue ano
695 passado para o TCU referente ao exercício de 2014. É um volume de quase 200 páginas com
696 todo o movimento contábil e uma série de informações. E mudou um pouco esse ano, o
697 próprio TCU mudou a forma de cobrar, o CAU/BR através do sistema contábil se conecta e
698 conseguiu disponibilizar ou simplificar algum meio de prestar informação e nós estamos
699 trabalhando muito em cima disso, porque eles pedem por exemplo, sobre a questão desses
700 convênios de apoio, pedem texto, não são só números, números contabilmente você tira,



701 eles pedem textos da eficácia da atitude tomada, se foram cumpridos os objetivos ou não,
702 pedem textos livres para explicar inclusive aquela questão orçamentária que nós
703 comentamos há pouco, sexta-feira eu estava trabalhando em cima disso para explicar, o
704 título é “Gestão de Risco” para explicar a forma que o CAU adotou em função dos cuidados
705 de não extrapolar o orçamento. Quer dizer, então lá foi relatado que desde meados do ano
706 passado com a crise que começou a acontecer, o CAU tomou as providências, embora
707 houvesse disponibilidade orçamentária, pôs o pé no freio, tudo isso está escrito lá em cima
708 desse título da Gestão de Risco, que é um dos itens que nós estamos preparando para
709 mandar para o TCU, fora outros”. Encerrado o assunto, o último ponto da pauta da CPFi,
710 trata da Análise Prévia da Arrecadação dos CAUs Estaduais, para análise do comportamento
711 das receitas estaduais e criação de grupo de trabalho composto pelos Presidentes do
712 CAU/RR, CAU/PR, CAU/SP, CAU/RS e CAU/ES. O Coordenador solicita que o Presidente
713 comente sobre a planilha exposta em tela. A primeira planilha exposta trata do Resumo de
714 Arrecadação de Anuidade (ANEXO XXIX). O Presidente então comenta: “Acredito que é
715 importante colocar no *e-mail* dos Conselheiros, são números que estão sendo analisados, é o
716 resultado do trabalho que o CAU/RS fez como Coordenador do grupo, de fazer os
717 comparativos de arrecadação por Estado. O período comparativo abordado foi setembro
718 2014 a fevereiro 2015, e setembro 2015 a fevereiro 2016. O Paraná esta com 2% (dois por
719 cento) em relação à anuidade. Pode ser observado no quadro existem vários CAUs com
720 percentual negativo, exemplo Alagoas -23% (menos vinte e três por cento), Amazonas -15%
721 (menos quinze por cento) no quesito anuidades”. O Conselheiro Titular MILTON CARLOS
722 ZANELATTO GONÇALVES faz a seguinte manifestação: “Esses números que estão sendo
723 observados, são números absolutos. No parecer que vem junto com o relatório ele comenta.
724 Tivemos uma inflação aproximada de 11% (onze por cento) em cima desse valor, então os 2%
725 (dois por cento) do CAU/PR não cobrem nem a inflação e não cobre inclusive os novos
726 ingressantes ao sistema. Então se for fazer uma análise um pouco mais bruta, o CAU/PR esta
727 com pelo menos 9% (nove por cento) de queda direto na questão de anuidade. Vocês vão ver
728 na outra tabela que é o número de RRTs que é mais grave”. No momento é exposto em tela a
729 planilha que trata do Resumo de Arrecadação de RRT (ANEXO XXX), o Conselheiro Titular
730 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES volta a comentar; “Para entenderem a planilha, foi
731 utilizado esse período principalmente para comparação de RRT, porque esse período é
732 justamente quando os CAUs quase não têm anuidades, então é uma receita basicamente de
733 RRTs. Então o Paraná, em números absolutos na parte de arrecadação foi o Estado que teve
734 maior queda, mais inclusive que São Paulo em números absolutos, não só o proporcional.
735 Então o percentual de 15% (quinze por cento) mais os 11% (onde por cento) de inflação a
736 temos aí 26% (vinte e seis por cento) de diminuição basicamente de arrecadação de um ano
737 para o outro. A CPFi fez uma previsão de queda de 25% (vinte e cinco por cento) lá atrás e
738 que feliz ou infelizmente acabou sendo muito acertada. No momento entramos com um
739 pneu de chuva para a corrida enquanto o CAU/BR mandou dizer que era pneu de sol e
740 correremos uma corrida com pneu de chuva e graças a Deus não rodamos, se assim posso
741 dizer. Então fizemos o acerto de sermos precavidos, mas esses dados mostram que



742 infelizmente se concretizou toda a preocupação; entra talvez a parte que o Presidente
743 Jeferson vai comentar um pouco mais, a necessidade de se repensar nacionalmente essas
744 questões das contas dos Estados em termos de contribuições, porque antes nós estávamos
745 em um panorama de superávit e agora não estamos mais com o este panorama”. O
746 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR prossegue: “Muito bem, o Paraná esta com -15%
747 (menos quinze por cento), Rio Grande do Sul -6% (menos seis por cento) e Santa Catarina -
748 12% (menos doze por cento). O Estado de São Paulo esta com 1% (um por cento). Esse é um
749 primeiro relatório, solicitei que para os próximos se incluam os dados do CAU/BR, porque vai
750 estar em azul, não vai estar em vermelho, tenho certeza, e aí sim nós vamos à busca do
751 reequilíbrio. Quem está contribuindo e quem está recebendo sem gastar. É para isso que nós
752 queríamos olhar os números e poder fazer uma análise franca. E aí falta o CAU/BR. Mas
753 enfim, isso foi distribuído semana passada. O Estado do Rio de Janeiro esta com 15% (quinze
754 por cento), acredito que é devido a Olimpíada. Enfim, vamos nos aprofundar, o grupo de
755 trabalho está criado, que é importante, o CAU/BR está sabendo, foi oficiado sobre isso e o
756 texto diz, "a busca do reequilíbrio financeiro". O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES
757 comenta que para ele fica claro que o CAU tem uma moeda de ganho que é o RRT, e
758 complementa: “Como empresário a ideia é sempre procurar de um lado conter as despesas,
759 de outro aumentar os ganhos. Aparentemente, se olhar sem uma reflexão maior, não tem
760 muita influência sobre aumentar os ganhos, porque se trata de número de RRT, mas talvez
761 tenha a médio e longo prazo as campanhas pela valorização do Arquiteto se revertam em
762 maior número de projeto para os arquitetos e se reverta à longa distância em mais RRT. Não
763 é uma medida que acontece instantaneamente, mas o Conselho tem que nos posicionar bem
764 na sociedade para que os Arquitetos tenham mais projetos, para que o CAU funcione
765 melhor”. O Presidente faz o seguinte comentário: “que o CAU/PR com autorização dessa
766 Plenária estamos absolutamente focados nisso. Criar os Escritórios Regionais; as Câmaras
767 Técnicas ou ir a busca de informação das Prefeituras via questionário; o Manifesto dos
768 Arquitetos; com essa agenda distribuída que tem, com todas as informações nós estamos,
769 sem dúvida, tentando elevar o papel do Arquiteto para que o mercado entenda e consuma o
770 Arquiteto com mais qualidade. Então acredito que nós estamos nesse caminho, mas tem que
771 melhorar, porque os números dizem que nós tivemos o pior desempenho nesse momento.
772 Não temos do que nos orgulhar de tudo que fizemos, muito pelo contrário, temos mais
773 trabalho pela frente”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, comenta que
774 concorda com o Conselheiro Duschenes, porém observa: “peço atenção com a questão da
775 terminologia, nós temos que valorizar a arquitetura, porque nós temos que valorizar a
776 arquitetura e valorizar o arquiteto porque temos que valorizar o arquiteto. O CAU não é uma
777 instituição com fins lucrativos, então não vamos fazer isso para que cheguemos no final e
778 arrecadar mais como uma empresa. Então o discurso empresarial, os métodos empresariais
779 podem não servir, mas a terminologia empresarial é meio perigosa nesse caso”. O Presidente
780 pergunta ao Coordenador da CPFi se existe mais algum assunto à ser discorrido pela
781 Comissão. O Coordenador informa que a pauta foi concluída. Antes de passar para a extra
782 pauta, o Presidente faz o seguinte informe: “Foi finalmente recomposta a Comissão de



783 Harmonização entre o CAU/BR e o CONFEA. Foi uma iniciativa de 2013 e que teve apenas
784 uma reunião e depois o CONFEA esvaziou a iniciativa e não houve mais nenhuma
785 convocação. Agora já houve pelo menos duas reuniões onde se tenta cumprir o que está
786 previsto em lei que é a perspectiva das “Resoluções Conjuntas”. O Presidente JEFERSON
787 DANTAS NAVOLAR dá por encerrada as questões de pauta e solicita aos presentes, a
788 manifestação referente ao Extra pauta.....

789 **3. Extra Pauta.....**

790 O Conselheiro Titular MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, solicita a palavra e comenta
791 sobre aprovação do Decreto 140 pela Prefeitura Municipal de Curitiba, que versa sobre a
792 regularização simplificada de edificações na Cidade. O Decreto foi concebido em reuniões
793 onde participaram as seguintes entidades IAB, AsBEA, IEP, Senge, SindArq. Para cumprir o
794 previsto é necessário a emissão de um laudo sobre a obra e a correspondente RRT ou ART,
795 conforme o profissional que estiver executando. Trata-se de uma oportunidade de mercado,
796 pois de acordo com a Prefeitura, estima-se que 60% (sessenta por cento) dos imóveis
797 encontram-se irregulares. Portanto estima-se que na cidade 200.000 (duzentas mil) obras
798 não estejam formalmente regularizadas, o Decreto tem validade de um ano, assim se 20.000
799 (vinte mil) dessas propriedades procurarem pela regularização teremos ampliação de
800 mercado em plena crise. Se houver uma mobilização dos Arquitetos e se cada um tiver que
801 emitir dois RRT por obra, sendo uma de laudo e outra de “As Built”, haverá a possibilidade de
802 atingir no processo uma média de cinco RRTs por profissional em Curitiba. É necessário que
803 seja feito uma orientação para aqueles que desejem participar da oportunidade, já se pensou
804 em valores mínimos de cobrança e uma nova configuração para os procedimentos de
805 trabalho. Encaminhamos este assunto para esta Plenária com a finalidade de obter apoio do
806 Conselho em oficinas de capacitação, assim como na divulgação da oportunidade. O
807 Sindicato está mobilizando técnicos da Prefeitura para elucidar sobre o funcionamento do
808 processo. Não será o profissional responsável pela obra em si, o laudo estará dando uma
809 avaliação da obra. Nesse trabalho será oportunizado ao Arquiteto intervir na obra e melhorá-
810 la quanto ao aproveitamento dos espaços o que valorizaria de modo indiscutível o
811 profissional do nosso Conselho junto a sociedade. O Decreto derivou-se do Plano Diretor que
812 teve atuação do CAU/PR em sua composição. O Presidente JEFERSON DANTA NAVOLAR faz o
813 seguinte comentário: “trata-se do primeiro decreto que regula o novo plano diretor que é a
814 principal demanda da sociedade contamos com a sorte de ter um Vereador, o Arquiteto e
815 urbanista JONNY STICA para o qual pedimos uma manifestação de apoio dessa Plenária.
816 Muitas pessoas das classes média e baixa poderão transformar em patrimônio propriedades
817 que até agora não podia ser transferido como herança por estar na ilegalidade. Quando da
818 vistoria para emissão do laudo, haverá a oportunidade, de se melhorar os espaços. Vamos
819 levar esta solução para as Câmaras Técnicas, colocando este Decreto como modelo para as
820 diversas Prefeituras do interior do Estado”. Com a palavra a Conselheira Titular MARGARETH
821 ZIOLLA MENEZES, lembra que o problema também ocorre quando a pessoa em dificuldades
822 econômicas deseja vender o imóvel irregular, o que corriqueiramente aconteceria através de
823 financiamento, porém sem o devido registro não há negociação possível, o que obriga a
824 pessoa a negociar por um preço vil. Portanto, a regularização dessas propriedades é muito
825 válida. O Presidente se dirige a Plenária pedindo aprovação para que seja concedido



826 autorização para 2 (duas) ou 3 (três) oficinas, utilizando-se o espaço disponível no Conselho e
827 com o fornecimento de um *coffee break*, a disponibilização de Consultor e a criação de uma
828 cartilha que oriente o desenvolvimento dos trabalhos. Lembro que o Decreto é válido
829 somente por um ano que deverá ser aproveitado ao máximo. O Relator, Conselheiro Titular
830 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES lembra que a regulamentação não previa a
831 intervenção de Arquiteto ou Engenheiro, que graças à intervenção dos Conselhos é que se
832 obteve o atual texto, caso contrário, recolher-se-ia as taxas e estaria tudo resolvido. Um
833 outro ponto abordado em legislação é proporcionar assistência técnica, fato que poderá
834 ocorrer para o final do presente ano ou início do próximo, para as famílias de baixa renda,
835 onde as regularizações de obras ocorrerão por processos normais. Temos exemplo no Brasil
836 desse fato, implantadas pelo Arquiteto Zezéu onde se percebe da importância de uma
837 legislação com este teor. O Presidente lembra aos Conselheiros que o compromisso do
838 encaminhamento da “Assistência Técnica” está em pauta, mas que não se deve esquecer
839 também do projeto de “Auto Vistoria”, para o qual também há um acordo com a Câmara de
840 Curitiba para aprovar um Decreto. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA, se pronuncia
841 informando que quando atuou como Vereador, sempre se posicionou contra projetos desse
842 tipo, pois abre precedente para construções clandestinas, pois em algum momento do futuro
843 ocorrerá uma facilitação para recompor a legalidade. Lembra o Presidente que, o atual
844 Decreto teve o cuidado de excetuar todas as construções que foram executadas após 2012,
845 tem que ter comprovação que foram levantadas antes de 2012, portanto. O Conselheiro
846 Titular NESTOR DALMINA, ressalta que se corre o risco que outros projetos iguais venham a
847 ser editados estendendo a data de construção. Não havendo manifestações, a mesa, coloca
848 em votação a autorização para realizar despesas (coffee, e local com despesas adjacentes)
849 em prol do apoio para a iniciativa das oficinas, assim como a autorização para propor
850 manifesto ao Vereador JONNY STICA. Apenas o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA
851 posicionou-se contrário, por achar que abre brechas para mais construções ilegais dentro do
852 Município. O próximo assunto da extra pauta é relatado pelo Conselheiro Titular IDEVALL
853 DOS SANTOS FILHO, que pede apoio para a Mesa, que atuasse junto ao Corpo de Bombeiros
854 do Paraná solicitando alteração nos processos de cadastramento de análise e aprovação dos
855 projetos de segurança contra incêndio e pânico no link da PREVFOGO, e comenta: “Quando
856 você vai fazer a aprovação de um projeto você tem que entrar nesse link, fazer o
857 cadastramento da obra então encaminha esse projeto já cadastrado ao bombeiro. Ao realizar
858 o cadastramento vai a pessoa que fez o cadastro uma senha e somente a ela é autorizado a
859 fazer modificações. Se tiver sido cadastrado como obra irregular por um bombeiro não fica
860 disponível a mais ninguém. Este procedimento impede a utilização da internet.
861 Presencialmente consegue alterar o status como responsável pela empresa e não pelo
862 projeto de combate a incêndio, mas consegue realizar a operação de alteração”. O
863 Presidente solicita ao Conselheiro Idevall, que providencie um esboço do texto e que enuncie
864 outras informações relevantes para o caso de forma objetiva. O Conselheiro se prontificou a
865 enviar por e-mail o solicitado. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita
866 manifestações sobre a proposta do Conselheiro Idevall, para fazer o encaminhamento.
867 Prosseguindo com a extra pauta, a palavra é passada para o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ
868 TABORDA DUDEQUE informa sobre o XXIII Congresso Brasileiro de Arquitetos que é realizado
869 pelo IAB, desde 1945. O primeiro e o quarto Congressos foram organizados pelo Arquiteto



870 JOÃO BATISTA VILA NOVA ARTIGAS, OSCAR NIEMAYER. Esse vigésimo terceiro foi realizado
871 na cidade de Fortaleza e o próximo será em Brasília. Outro assunto relatado pelo Conselheiro
872 é que houve uma solicitação feita pelos alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade
873 Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. Um breve histórico do problema: “O curso
874 de Arquitetura e Urbanismo do qual inclusive eu faço parte, mas quero dizer que o
875 movimento é dos estudantes, e não dos professores, está vinculado ao Departamento de
876 Construção Civil da COC, isso deriva da constituição da Universidade Tecnológica que vem do
877 antigo CEFET. E aí essa vinculação cria uma série de questões que os senhores podem
878 imaginar, tem uma certa visão engenheirística em certos momentos dentro da Arquitetura. E
879 aí o centro acadêmico, que aliás tem o nome de Centro Acadêmico VILA NOVA ARTIGAS,
880 recebeu uma sala da direção do campus. A sala é 3 por 5, cabe lá um sofá, prateleiras, é
881 bastante reduzido em relação ao tamanho do número de alunos. E por causa disso os alunos
882 tomaram um espaço defronte à sala, que é um espaço morto, se eles ampliassem e
883 transformassem, digamos que fosse essa sala aqui, essa parte próxima em uma área de
884 convívio e essa área de convívio tinha lá um sofá, fizeram umas pinturas na parede e aquilo
885 ofendeu profundamente alguns professores da engenharia dizendo que era depredação de
886 espaço público, inclusive porque foi pintado em um primeiro momento, foi justamente a
887 imagem do Vila Nova Artigas e assinatura do Vila Nova Artigas. Depois de alguns protestos de
888 professores exclusivamente da engenharia, durante as férias foram retirados os sofás que
889 tinham ali, que eram sofás doados pelos alunos, o sofá foi inclusive jogado no lixo e aí foi
890 recuperado pelas mulheres da limpeza que acharam uma pena jogar um sofá que elas
891 achavam novo no lixo sendo que não tinha um sofá lá na sala delas. Aí elas salvaram o sofá e
892 levaram para a sala de serviços. Isso acabou gerando o salvamento do material. Além do que
893 as paredes todas foram pintadas de branco. Em um primeiro momento eles acharam que os
894 alunos não iam falar nada, porque afinal foi uma ordem emanada pela administração da
895 universidade. O problema para eles é que gerou um movimento de alunos que tomou forma
896 na semana passada e esse movimento passou a pedir não apenas um equivalente espacial
897 para eles terem uma área de convívio, que atualmente não têm, como gerou um movimento
898 a favor da criação de um departamento próprio de arquitetura e urbanismo. Aí os alunos
899 fizeram uma análise estrutural do problema e perceberam que não era simplesmente a
900 questão da parede estar ou não pintada de branco, tem um problema de base nisso tudo. E aí
901 o movimento em um primeiro momento estava simplesmente localizado dentro da escola e
902 começaram a pedir apoio de várias outras instituições, centros acadêmicos de todo Brasil,
903 cursos de arquitetura, UNB, USP, todos eles imediatamente se prontificaram a divulgar o
904 caso, então o movimento pela criação de um departamento próprio dentro da instituição. É
905 curioso, insisto, que esse movimento está sendo feito por alunos, os alunos convocaram a
906 direção e convocaram os professores para debater o tema e aí foi formada uma comissão no
907 final da semana passada após uma reunião que durou 6 horas, da qual inclusive estivemos
908 presentes. Então o que os alunos pediram, o Centro Acadêmico VILA NOVA ARTIGAS pede a
909 este CAU, assim como está pedindo para outras instituições, no sentido de apoiar a luta do
910 centro acadêmico para criação de um departamento de arquitetura e urbanismo
911 desvinculado do departamento de engenharia civil, a qual ambos estão submetidos neste
912 momento”. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES solicita a palavra, e realiza alguns
913 questionamentos: “Só como pergunta, eu acho bem simpática toda a ideia do espaço, até



914 você mandou a foto no nosso Whatsapp, mas minha pergunta é se cabe a nós. Aí pergunto
915 ao Presidente, cabe a nós esse tipo de participação ou não? Se me perguntar do ponto de
916 vista particular, eu certamente como Arquiteto apoiaria. Eu pergunto, a instituição CAU pode
917 apoiar esse tipo de coisa? Deve? Faz sentido ou não? Estou colocando assim abertamente,
918 tem sentido o CAU/PR entrar nesse tipo de mérito? É a Comissão de Ensino que deveria
919 fazer? É o CAU como um todo? É uma pergunta aberta”. O Presidente se pronuncia da
920 seguinte forma: “A iniciativa pode parecer irrelevante, desnecessária, infantil, mas pensando
921 aqui em voz alta na sua preocupação, Conselheiro, eu digo que se a manifestação for de
922 alunos e ex-alunos, porque eu sou um ex-aluno daquela instituição e sou Arquiteto, passo a
923 ser Arquiteto solicitando o apoio, a manifestação. O Conselheiro Titular RONALDO
924 DUSCHENES replica: “Solicitando apoio, é diferente de apoiando”. Ao que o Presidente da
925 Mesa treplica: “Então se a solicitação, e aí é a minha fala, for de alunos e ex-alunos, eu vejo
926 que cabe a este Conselho pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da Arquitetura e
927 Urbanismo, é o meu entendimento. Repito, se for de alunos e ex-alunos a demanda, são
928 Arquitetos que vêm a este Conselho pedir que use o artigo 24 e pugnar pelo
929 aperfeiçoamento do Exercício da Arquitetura e do Urbanismo. Mas eu estou pensando em
930 voz alta”. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, que se manifesta da
931 seguinte forma: “Eu não vejo como dizer não a uma solicitação dessas em um momento de
932 construção do Conselho de Arquitetura eles recorrem a nós já com uma leitura que esse
933 Conselho é quem deve representar a classe, eu não consigo achar uma forma de dar uma
934 resposta negativa a uma solicitação, eu vejo uma leitura política extremamente clara dos
935 alunos, politizados solicitando o que é de direito deles, observando o cenário profissional,
936 que isso já houve em outra esfera, o desvinculo do sistema CREA e agora eles trazendo essa
937 leitura para o movimento acadêmico, eu não conseguiria achar uma resposta de escrever um
938 não à solicitação”. Em defesa da solicitação o Conselheiro Titular MILTON CARLOS
939 ZANELATTO GONÇALVES se pronuncia: “Eu iria até um pouco além, Conselheiro Ronaldo,
940 acredito que podemos talvez se prender ao tecnicismo de qual a função do Conselho, mas se
941 olhar hoje a OAB emite opinião sobre tudo, sobre impeachment, sobre Mariana, sobre
942 Petrobrás e eu acho que a gente tem plena capacidade de poder emitir, nós prestamos um
943 serviço à sociedade. Mesmo que for, por exemplo, hoje o atentado que deu em Bruxelas pela
944 manhã, acho que se o Conselho pode emitir uma opinião sobre a questão, nós temos
945 capacidade desde que a gente faça um aprofundamento necessário, e nisso acho que o
946 Conselheiro Irã foi muito bem na colocação onde foi procurar a raiz do problema, trazer qual
947 é a situação, acho que como Conselho a gente tem o direito de se manifestar. Se isso vai ser
948 levado à diante, se vão ouvir nossa opinião sobre o atentado ou sobre a faculdade, sobre o
949 centro acadêmico, isso talvez seja uma questão política interna deles, mas eu acho que o
950 Conselho não pode se negar a dar a sua opinião enquanto Conselho a todos os temas que
951 sejam pertinentes e que nós entendamos que seja pertinente, inclusive a sociedade, não só a
952 arquitetura, é a todo contexto, seja modelo econômico de país, seja visita dos Estados Unidos
953 a Cuba, se acharmos que isso é relevante aos nossos arquitetos o posicionamento, devemos
954 fazer, acho que não temos que ter medo disso”. Para o assunto o Conselheiro Titular NESTOR
955 DALMINA emite o seguinte parecer: “Acredito que cabe ao conselho encaminhar solicitação a
956 todas as faculdades, universidades que tenham curso de arquitetura solicitando a
957 implantação de um departamento de arquitetura e urbanismo. Creio que é função do



958 Conselho é fomentar isso mesmo, porque isso só vem valorizar a categoria”. Após indagações
959 o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES, se diz convencido e se dispõe a votar
960 favoravelmente à matéria. O Presidente lembra que este é o objetivo maior do debate e
961 encaminha a votação para que seja feita uma manifestação do Conselho a cargo do
962 Departamento Jurídico sob a responsabilidade da Doutora Cláudia Cristina Taborda Dudeque.
963 O Presidente indaga se há acordo, não havendo manifestações é considerado aprovado o
964 tema por unanimidade. Perguntado se há outras manifestações, e não havendo retorno é
965 dado por encerrado a atual assembléia com agradecimento a presença de todos e em
966 especial ao Conselheiro Titula NESTOR DALMINA, pela disposição de acompanhar a
967 Presidência em 3 (três) rádios e 2 (dois) jornais, levando informações que são imprescindíveis
968 para a profissão dos Arquitetos e Urbanista.....
969 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**
970 **aos Conselheiros presentes e, às treze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de março de dois**
971 **mil e dezesseis, declara encerrada esta Reunião de nº 054 (terceira de 2016) do CAU/PR.** Para
972 constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária *Ad hoc* deste Conselho, lavro
973 a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e, ao
974 final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....

975
976
977
978
979
980
981
982
983
984
985
986
987
988
989
990
991
992
993
994
995
996
997
998
999
1000

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária



- 1001 ANEXOS
- 1002 Anexo I - Apresentação Cascavel.
- 1003 Anexo II - Fundo de Apoio.
- 1004 Anexo III - Reserva Técnica.
- 1005 Anexo IV - Ata CEP.
- 1006 Anexo V - Quantitativo de RRT emitido por ano.
- 1007 Anexo VI - Ofício Padrão.
- 1008 Anexo VII - Contribuição Código de Ética.
- 1009 Anexo VIII - Carta de Repúdio.
- 1010 Anexo IX - Seminário Regional.
- 1011 Anexo X - Proposta de Regimento de Conciliação.
- 1012 Anexo XI - Ata COA.
- 1013 Anexo XII - Ofício Circular CAU/BR nº 014/2016-PR.
- 1014 Anexo XIII - TCU elogiou o CAU/BR.
- 1015 Anexo XIV - Ajuste no calendário de 2016 do CAU/PR.
- 1016 Anexo XV - Ofício Circular CAU/BR nº013/2016-PR – GESPÚBLICA.
- 1017 Anexo XVI - Ofício nº078/2016/PRES/CAUSC.
- 1018 Anexo XVII - Ofício 029/2016 – ENIC.
- 1019 Anexo XVIII - Reunião da COA/PR com os Gerentes de Setores do CAU/PR.
- 1020 Anexo XIX - Relatório Administrativo.
- 1021 Anexo XX - Relatório Atendimento.
- 1022 Anexo XXI - Relatório Comunicação.
- 1023 Anexo XXII - Relatório Jurídico.
- 1024 Anexo XXIII - Relatório de Fiscalização.
- 1025 Anexo XXIV - Fluxo de Processo Ético.
- 1026 Anexo XXV - Ata CPFi.
- 1027 Anexo XXVI - Documento Circular Interno/DCI.
- 1028 Anexo XXVII - Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 do CAU/PR.
- 1029 Anexo XXVIII - Relatório contábil CAU/BR nº 27/2016.
- 1030 Anexo XXIX - Resumo de Arrecadação de Anuidade.
- 1031 Anexo XXX - Resumo de Arrecadação de RRT.
- 1032 Anexo XXXI – Lista de Presença.